



PEREIRA & DUARTE

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS



Câmara Municipal de Vimioso

Análise Económico - Financeira

Dezembro de 2019

PRESENTE NA SESSÃO
ORDINÁRIA

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

18 MAIO 2020

27 ABR. 2020

DELIBERAÇÃO

DELIBERAÇÃO

Análise Económico-financeira

Dezembro de 2019

Índice

1. Introdução	3
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial	4
2.1. Análise Patrimonial	4
2.1.1. Análise da evolução do Ativo	5
2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo	6
2.1.2.1. Fundos próprios	6
2.1.2.2. Passivo	7
2.2. Análise económico-financeira	8
2.2.1. Análise Económica	8
A. Evolução dos Proveitos Operacionais	8
B. Evolução de Custos	9
C. Evolução dos Resultados	10
2.2.2. Análise Financeira	11
2.3. Análise à Execução Orçamental	12
2.3.1. Controlo Orçamental da Receita	13
2.3.2. Controlo Orçamental da Despesa	16
2.4. Limite de Endividamento	18



PEREIRA & DUARTE

SOCIEDADE DE
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

PRESENTE NA SESSÃO
ORDINÁRIA

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

27 ABR. 2020

DELIBERAÇÃO:

*Delib. para repetir a
Ass. Municipal.*



Câmara Municipal de Vimioso

18 MAIO 2020

DELIBERAÇÃO

Deliberado aprovar

Análise Económico – Financeira

Dezembro de 2019

Exmos. Senhores

Em cumprimento do disposto na **alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei 73/2013, de 03 de Setembro**, procedemos à análise económico-financeira da Câmara Municipal de Vimioso, com referência a 31 de Dezembro de 2019.

1. Introdução

A análise económico-financeira foi elaborada após a auditoria às contas e tendo por base o respetivo balancete reportado a 31 de Dezembro de 2019.

Para efeitos da análise da situação e evolução patrimonial (análise financeira ou de Balanço) e da análise da evolução dos Resultados (análise económica ou de Resultados) comparamos os dados reportados a 31 de Dezembro de 2019 com os reportados a 31 de Dezembro de 2018.

A análise que se segue foi preparada com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Município elaboradas a partir dos elementos contabilísticos analisados.

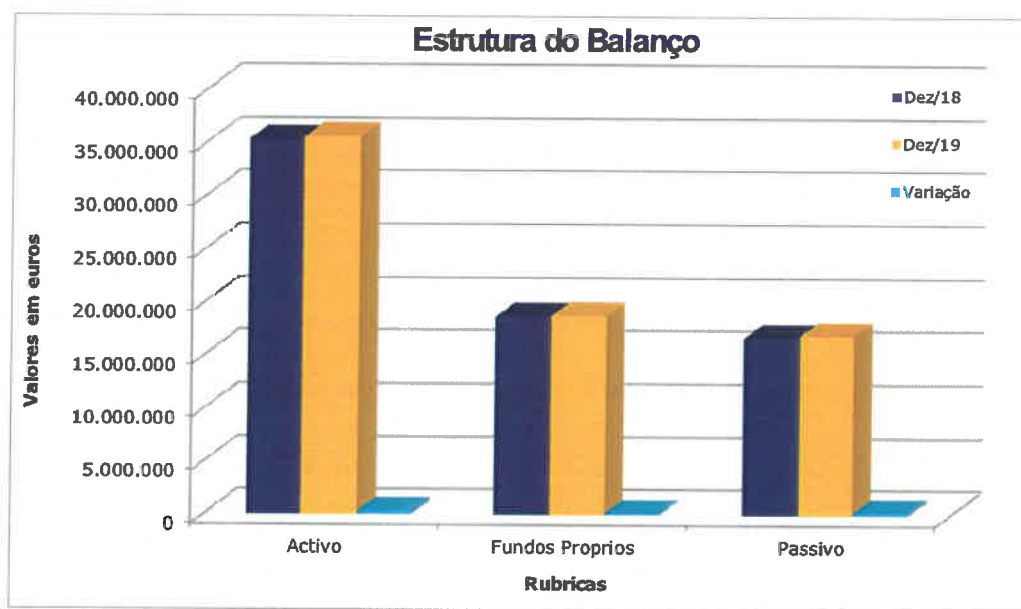
2. Análise da Situação e Evolução Patrimonial

2.1. Análise Patrimonial

Comparativamente a Dezembro de 2018 a estrutura patrimonial do Município é, à data de 31 de Dezembro de 2019, a seguinte:

Evolução da Estrutura do Balanço

Rubricas	Dez/19	Dez/18	Variação Abs.	%
Activo Total	35.482.986	35.224.755	258.231	1%
Passivo	16.825.835	16.643.740	182.095	1%
Fundos Proprios	18.657.151	18.581.015	76.136	0%

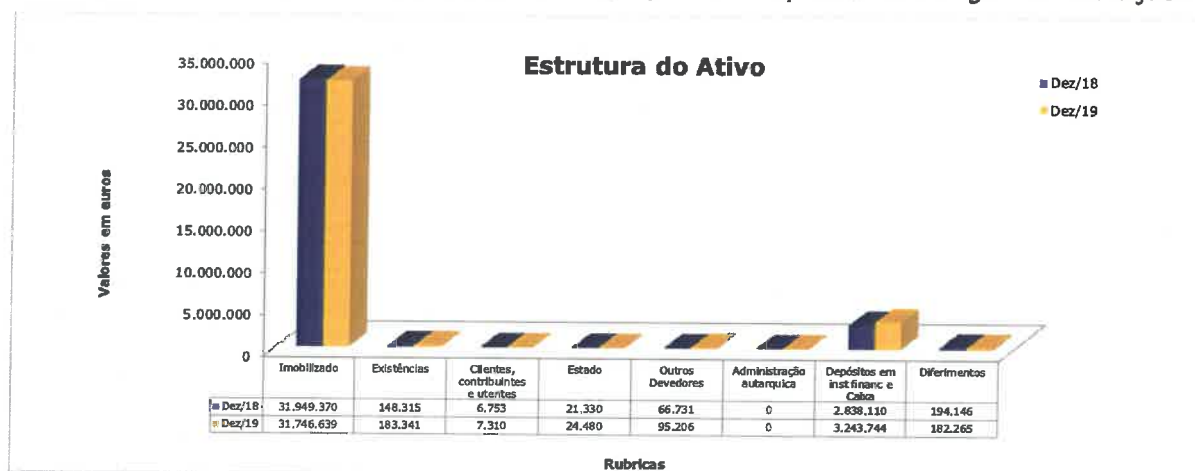


Comparativamente a 31 de Dezembro de 2018, a situação patrimonial do Município evoluiu favoravelmente, registando:

- ❖ Aumento de cerca de 258m€ do ativo total;
- ❖ Aumento de cerca de 182m€ do passivo;
- ❖ Aumento dos fundos próprios em 76m€, aproximadamente 0,41%.

2.1.1. Análise da evolução do Ativo

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2018, o Ativo apresenta a seguinte evolução:

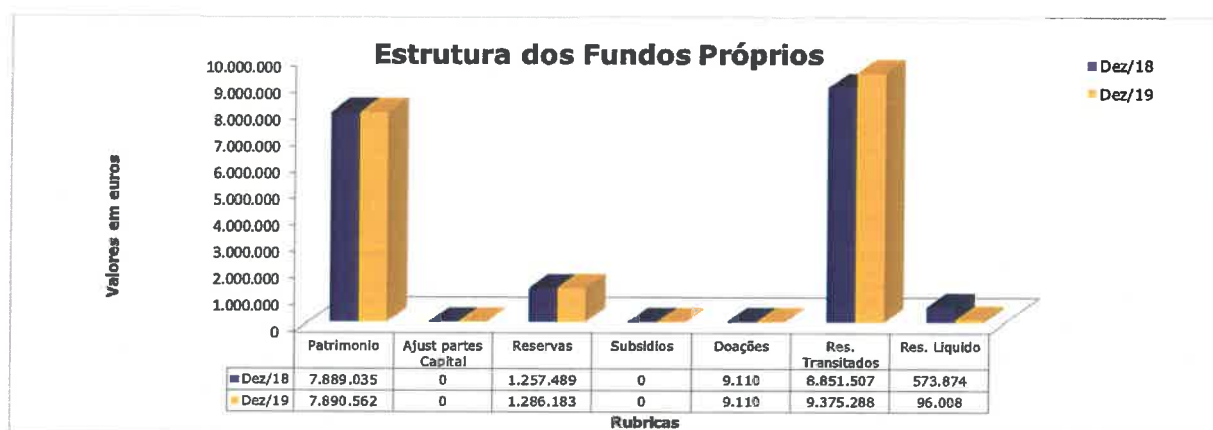


- i. O Ativo Líquido em 31 de Dezembro de 2019 é de 35,4 milhões de euros contra 35,2 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2018. A variação ascende a 258m€.
- ii. A variação registada no Ativo Líquido justifica-se sobretudo pelo aumento das rubricas de Depósitos bancários e Outros devedores, nos montantes de 406m€ e 28m€, respetivamente. Estas rubricas representam, em 31 de Dezembro de 2019, 10% do Total do ativo Líquido.
No que respeita a diminuições, registaram-se variações relevantes essencialmente na rubrica de Imobilizado, rondando os 202m€.
- iii. A rubrica mais representativa do ativo continua a ser o Imobilizado, ocupando 89% do total do ativo, na qual se verificou uma redução de 2pp face ao peso relativo apresentado em 31 de Dezembro de 2018.
- iv. O Aumento verificado na rubrica de "Outros devedores" justifica-se, essencialmente, pelo reconhecimento do contrato de incentivo NORTE-03-1203-FEDER-000010, referente à "Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública: Iluminação Pública e Cénica Led" e representa o valor a receber do Órgão de Gestão aquando da execução.

2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

2.1.2.1. Fundos próprios

Os Fundos Próprios apresentam a seguinte decomposição:



Face a Dezembro de 2018, os Fundos Próprios registaram:

- ❖ uma variação positiva associada ao resultado líquido apurado no período, no montante de 96m€;
- ❖ uma variação positiva associada a reclassificação para imobilizado em curso que em exercícios anteriores havia sido tomado como firme e amortizado, no montante de 21.400 €.

Em 31 de Dezembro de 2019 cerca de 52,58% do total dos ativos do Município mostram-se financiados por Fundos Próprios.

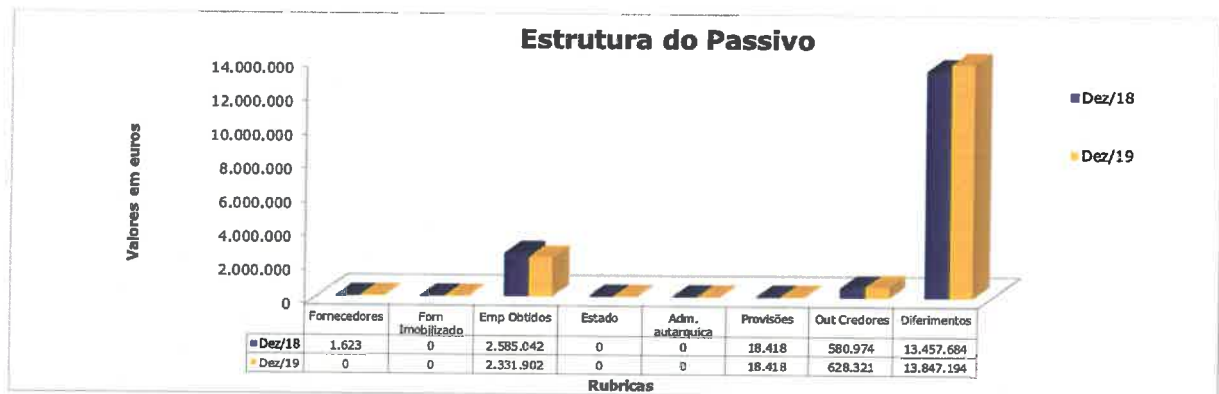
Considerando que:

- a) os fundos permanentes (Fundos próprios e capitais alheios de MLP) acrescidos dos Proveitos Diferidos (subsídios), representam 96,38% do total ativo e,
- b) os investimentos de carácter permanente (ativo imobilizado líquido) representam 89% do total do ativo,

conclui-se pelo equilíbrio financeiro do Município (os ativos fixos são financiados por fundos próprios e capitais alheios de médio e longo prazo).

2.1.2.2. Passivo

Comparativamente a 31 de Dezembro de 2018, o Passivo apresenta, em 31 de Dezembro de 2019 a seguinte evolução:



- i. O Passivo Total, regista um aumento de, aproximadamente, 182m€, face a 31 de Dezembro de 2018;
- ii. A rubrica de Empréstimos Obtidos registou um decréscimo de cerca de 10%, aproximadamente 253m€. Em Dezembro de 2019, o seu peso relativo no total do Passivo reduziu cerca de 2pp face a 31 de Dezembro de 2018.
- iii. Os maiores aumentos registam-se em Diferimentos (390m€) e em Outros Credores (47m€).
- iv. A rubrica de Diferimentos registou um aumento de aproximadamente 390m€, originado, sobretudo, com o aumento dos subsídios ao investimento, contrato de incentivo NORTE-03-1203-FEDER-000010, referente a "Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública: Iluminação Pública e Cénica Led".

2.2. Análise económico-financeira

2.2.1. Análise Económica

Comparando a demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2019 com a do período homólogo de 2018, concluímos o seguinte:

A. Evolução dos Proveitos Operacionais



- i. Comparativamente ao exercício anterior, os Proveitos Operacionais registam um aumento de 477m€, cerca de 6%, face a 31 de Dezembro de 2018.
- ii. A rubrica de "Transferências e subsídios obtidos" registou um aumento face ao período homólogo de 2018 de 530 m€, cerca de 9%.
- iii. Os "Impostos e Taxas" revelam diminuições face a idêntico período anterior, no montante de 53m€. Esta diminuição verifica-se em "Impostos e Taxas" resulta, essencialmente, do decrescimento dos valores cobrados em 2019 de IMI e IUC.
- iv. As "Vendas e Prestações de Serviços" não apresentam variações significativas face a 2018.

B. Evolução de Custos

Os custos operacionais apresentam em 31 de Dezembro de 2019, face ao período homólogo do ano anterior, o seguinte comportamento:



- i. O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) diminuiu 32%, cerca de 127m€. O seu peso face ao total dos Custos Operacionais é de 2,86%.
- ii. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um aumento de, aproximadamente 166m€ (5,89%). O seu peso é de 31,15% na estrutura dos Custos Operacionais.
- iii. Os Custos com Pessoal registaram um aumento de 32% face ao período homólogo de 2018. Esta rubrica representa cerca de 37% do total dos Custos Operacionais, sendo a rubrica com maior peso relativo na estrutura de custos. Esta variação resulta, essencialmente, de novas contratações de pessoal.
- iv. As Amortizações do Exercício registaram variações significativas, face ao período homólogo de 2018, justificadas, essencialmente, pelas "regularizações" relacionadas com o "PINTA-Parque Ibérico de Natureza e Aventura de Vimioso".
- v. A rubrica de "Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais" diminuiu em cerca de 153m€, cerca de 18%, face ao período homólogo do ano anterior. A variação resulta da diminuição das transferências para as "Famílias" e para "Instituições Particulares de Solidariedade Social" (IPSS).

C. Evolução dos Resultados

A evolução dos resultados no período em causa foi a seguinte:



- i. O Resultado Operacional registado no exercício, apresenta uma diminuição de cerca de 694m€, face ao período homólogo de 2018. Apesar de verificarmos um aumento dos proveitos operacionais, este não foi suficiente para compensar o aumento verificado nos custos operacionais.
- ii. O Resultado Financeiro manteve-se positivo, algo já verificado em períodos anteriores, não tendo registado uma variação significativa face ao período anterior.
- iii. Em 31 de Dezembro de 2019, o Resultado Extraordinário, apresenta-se positivo em 855m€, registando um aumento de 215m€, comparativamente ao período homólogo de 2018.
- iv. O comportamento das diversas rubricas de resultados conduziu a uma diminuição do Resultado Líquido, face a 31 de Dezembro de 2018, no valor de 478m€, fixando-se em 96m€.

2.2.2. Análise Financeira

Rácios	Fórmula de Cálculo	Dez/19	Dez/18
Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	295%	308%
Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	281%	294%
Liquidez imediata	(Depositos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	256%	267%
Endividamento	Passivo / Activo	47%	47%
Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	8%	6%
Autonomia financeira	Fundos Proprios / Activo	53%	53%
Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes	(Fundos Próprios + Dividas a terceiros de MLP) / Imobilizado Líquido	66%	66%

Os rácios de liquidez geral e reduzida revelam que o Activo Circulante não evoluiu favoravelmente entre as duas datas em análise; não obstante, este mostra-se, em 31 de Dezembro de 2019, suficiente para financiar integralmente o Passivo Circulante.

O rácio de liquidez imediata revela que o total de Disponibilidades assegura a cobertura integral das responsabilidades de curto prazo.

O rácio de Autonomia Financeira revela que o Total do Activo é financiado em cerca de 52% por capitais próprios, indicador que se assemelha a Dezembro de 2018 (53%).

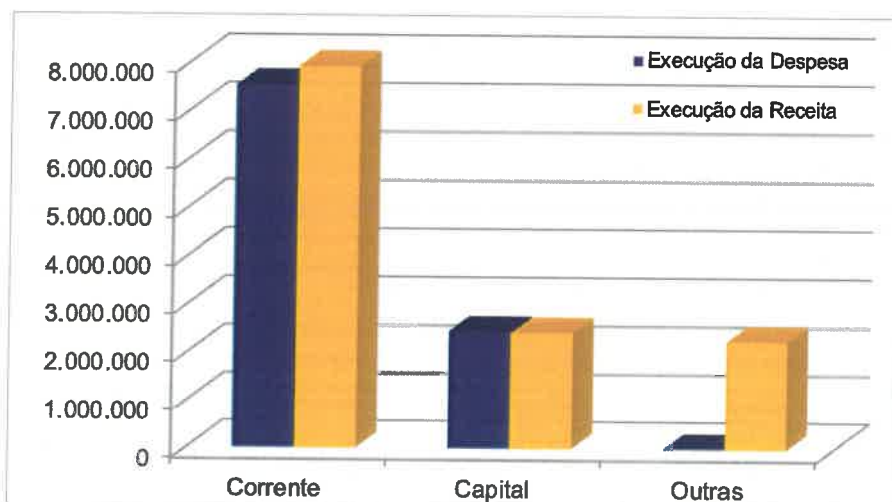
O rácio de Estrutura de endividamento não apresenta variações significativas face a 31 de Dezembro de 2018, cifrando-se nos 8%, ou seja, o passivo de curto-prazo representa 8% do total do passivo.

O rácio de Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes representa em 31 de Dezembro de 2019 cerca de 66%, revelando que o investimento fixo se encontra financiado parcialmente por Passivo Corrente.

2.3. Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de Dezembro de 2019, a execução orçamental era a seguinte:

	Execução da Despesa		Execução da Receita	
	Euro	%	Euro	%
Corrente	7.528.884	87,74%	7.914.718	98,93%
Capital	2.453.211	43,04%	2.424.566	60,27%
Outras			2.257.136	100,00%
Total	9.982.095	69,90%	12.596.421	88,21%



O grau de execução Orçamental mostra-se positivo, em 31 de Dezembro de 2019, atendendo a que a execução da Despesa se apresenta inferior à execução da Receita.

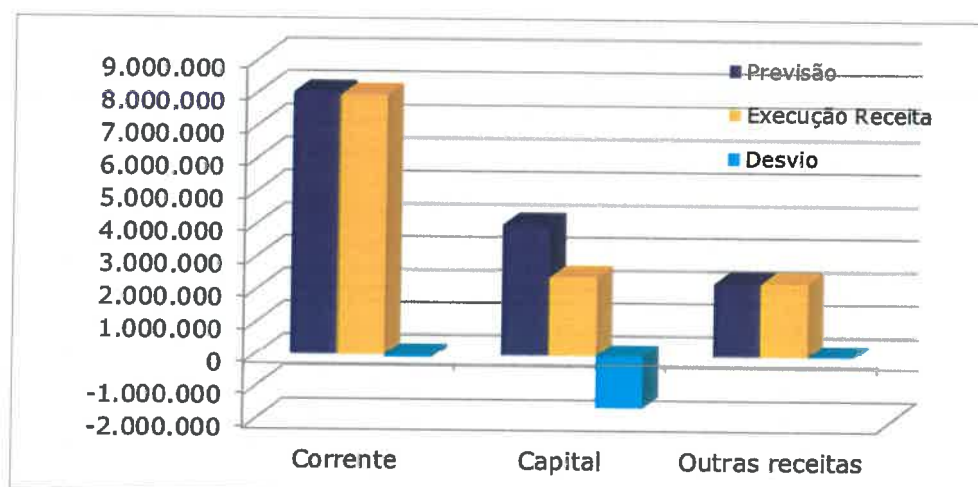
O Município cumpre o princípio orçamental de equilíbrio já que a Receita Corrente cobre a totalidade da Despesa Corrente mais as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2019

2.3.1. Controlo Orçamental da Receita

A execução da Receita apresenta, em 31 de Dezembro de 2019, um desvio desfavorável de 1.684m€, consequência do reduzido grau de execução da Receita de Capital que foi de 60%, enquanto a execução da Receita Corrente fixou-se em aproximadamente 99%.

	Previsão Anual	Execução Receita	Desvio	Execução %
Corrente	8.000.022	7.914.718	-85.304	98,93%
Capital	4.022.768	2.424.566	-1.598.202	60,27%
Outras receitas	2.257.136	2.257.136	0	100,00%
Total	14.279.926,22	12.596.421,00	-1.683.505,22	88,21%



Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2019

Por rubrica de Receita, os desvios verificados em 31 de Dezembro de 2019 e consequentes execuções orçamentais foram os seguintes:

Designação	Previsão Anual	Execução Receita	Desvio	Execução %
Impostos directos	467.500,00	479.939,49	12.439,49	102,66%
Impostos indirectos	4.100,00	1.104,95	-2.995,05	26,95%
Taxas, multas e o. penalidades	39.100,00	35.308,70	-3.791,30	90,30%
Rendimentos de propriedade	5.300,00	2.727,27	-2.572,73	51,46%
Transferências Correntes	6.695.822,00	6.600.932,96	-94.889,04	98,58%
Venda de bens e serviços	593.600,00	603.290,81	9.690,81	101,63%
Outras receitas correntes	194.600,00	191.414,19	-3.185,81	98,36%
Total de receitas correntes	8.000.022,00	7.914.718,37	-85.303,63	98,93%
Vendas de bens de investimento	20.800,00	116,84	-20.683,16	0,56%
Transferências de Capital	4.001.368,00	2.424.449,57	-1.576.918,43	60,59%
Activos Financeiros	200,00	0,00	-200,00	0,00%
Passivos Financeiros	100,00	0,00	-100,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	300,00	0,00	-300,00	0,00%
Total de receitas capital	4.022.768,00	2.424.566,41	-1.598.201,59	60,27%
Saldo da gerência anterior	2.257.136,22	2.257.136,22	0,00	100,00%
Total de outras receitas	2.257.136,22	2.257.136,22	0,00	100,00%
Total	14.279.926,22	12.596.421,00	-1.683.505,22	88,21%

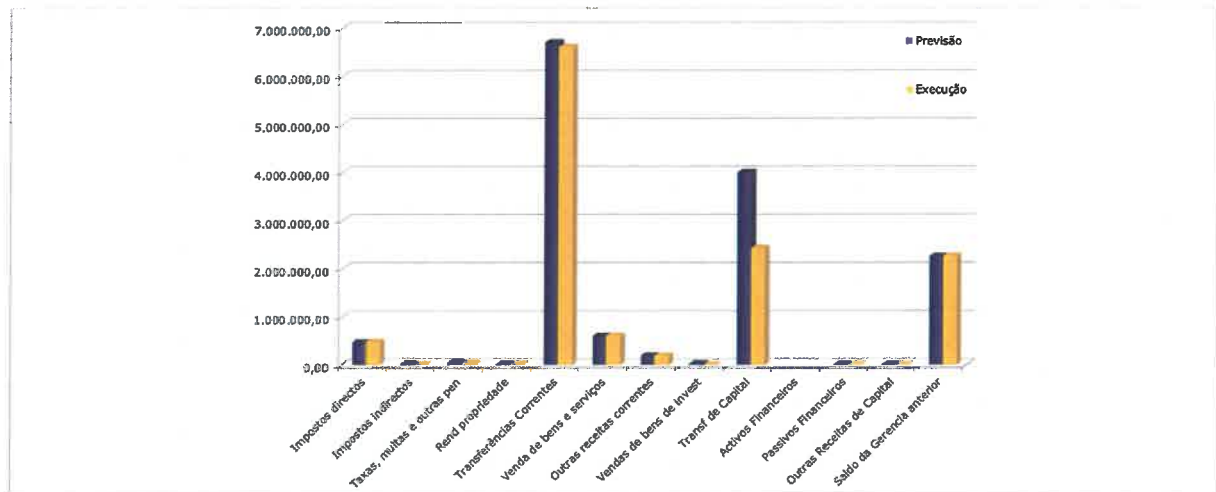
As receitas correntes apresentam um grau de execução próximo dos 100%, resultado do contributo conjunto de todas as rubricas, com excepção dos "Impostos directos" e dos "Rendimentos de Propriedade".

As "Transferências correntes" constituem a componente mais significativa do total das receitas do Município, sendo constituídas maioritariamente por transferências do Orçamento de Estado (85%).

Relativamente às receitas de Capital, a percentagem de execução desta rubrica apresenta desvios significativos face ao projetado, sendo que a execução resulta sobretudo da rubrica de "Transferências de Capital".

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2019

O comportamento gráfico é o seguinte:



Rácios de Estrutura (Receita Líquida):

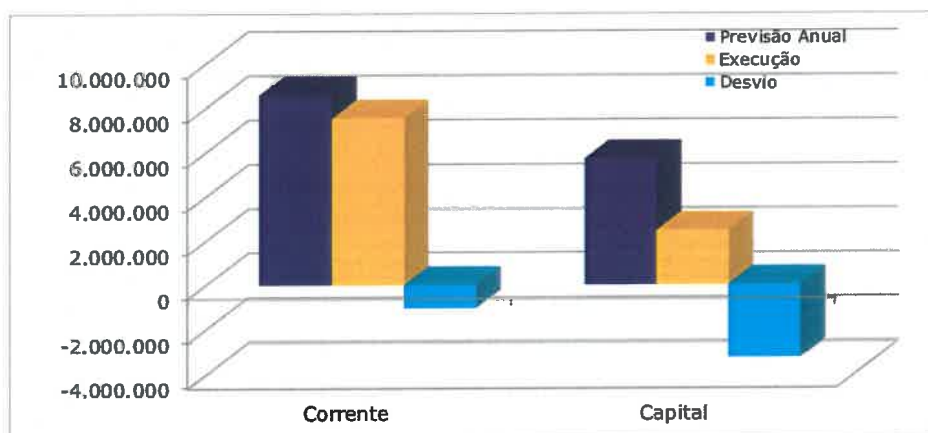
Rácios da Estrutura das Receitas Próprias	Dez/19	Dez/18
Impostos Municipais / Total de Receitas	5%	6%
Venda de bens de Investimento / Total de Receitas	0%	0%
Total das Receitas Próprias / Total de Receitas	13%	17%
Total das Transferências / Total das Receitas	87%	83%
Passivos Financeiros / Total das Receitas	0%	0%

2.3.2. Controlo Orçamental da Despesa

A execução orçamental do Total das Despesas foi de 69,90%, tendo-se apurado um desvio favorável de 4.298m€.

	Previsão Anual	Execução	Desvio	Execução %
Corrente	8.580.576	7.528.884	-1.051.692	87,74%
Capital	5.699.350	2.453.211	-3.246.139	43,04%
Total	14.279.926,22	9.982.094,99	-4.297.831,23	69,90%

A execução orçamental da Despesa e correspondentes desvios evidenciam-se do modo seguinte:



Análise Económico – Financeira

Dezembro de 2019

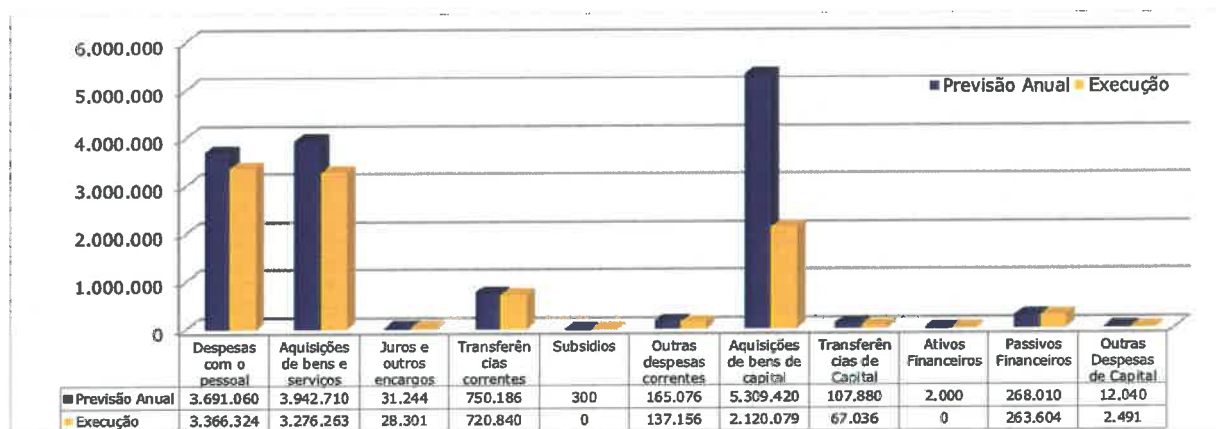
O nível de execução das Despesas de Capital foi de 43,04%, enquanto o da execução das Despesas Correntes foi de 87,74%, tal como pode ser observado no seguinte quadro:

	Previsão Anual	Execução	Desvio	Execução %
Despesas com o pessoal	3.691.060	3.366.324	-324.736	91,20%
Aquisições de bens e serviços	3.942.710	3.276.263	-666.447	83,10%
Juros e outros encargos	31.244	28.301	-2.943	90,58%
Transferências correntes	750.186	720.840	-29.346	96,09%
Subsídios	300	0	-300	0,00%
Outras despesas correntes	165.076	137.156	-27.920	83,09%
Total Despesas Correntes	8.580.576,22	7.528.884,06	-1.051.692,16	87,74%
Aquisições de bens de capital	5.309.420	2.120.079	-3.189.341	39,93%
Transferências de Capital	107.880	67.036	-40.844	62,14%
Ativos Financeiros	2.000	0	-2.000	0,00%
Passivos Financeiros	268.010	263.604	-4.406	98,36%
Outras Despesas de Capital	12.040	2.491	-9.549	20,69%
Total Despesas de Capital	5.699.350,00	2.453.210,93	-3.246.139,07	43,04%

O grau de execução abaixo dos valores orçamentados verifica-se em todas as rubricas, revelando que a autarquia efetuou despesas de montante inferior ao previsto.

As percentagens de execução orçamental das Despesas Correntes encerraram o exercício acima dos 90%, com exceção de "Aquisição de bens e serviços" e "Outras despesas correntes". As Despesas de Capital apresentam taxa de execução média de 43%, salientando-se os "Passivos financeiros" com cerca de 98%.

Graficamente a evolução registada foi a seguinte:



Rácios de Estrutura (Despesa executada):

Rácios da Despesa	Dez/19	Dez/18
Transferências correntes / Total das Despesas	7%	10%
Transferências de Capital / Total das Despesas	1%	1%
Despesa Corrente / Total das Despesas	75%	82%
Despesas de Capital / Total das Despesas	25%	18%
Total do Investimento / Total das Despesas	21%	13%

2.4. Limite de Endividamento

A lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece no art.º 52.º que o limite da dívida total das autarquias, “não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Procedemos ao cálculo dos limites de endividamento (líquido e Médio e longo prazo), à data de 31 de Dezembro de 2019, concluindo pelo cumprimento, por parte do Município, da legislação aplicável.

Análise Económico – Financeira

Dezembro de 2019

Mapa de determinação do endividamento líquido Municipal (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)

	Discrição	Montante
A - Passivos (empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.)	- Empréstimos Bancários (1)	2.331.902
	- Contratos de Leasing	0
	- Dívidas a Fornecedores	0
	- Dívidas a Fornecedores Imobilizado	0
	- Dívidas a EOEP	
	- Dívidas a Outros Credores	
	Soma dos Passivos	2.331.902
C - Endividamento líquido do Município		2.331.902
D - Endividamento líquido e os empréstimos das associações de Municípios, proporcional à participação do município no seu capital social	Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	592
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	0
	Comunidade Intermunicipal Terras de Trás os Montes	7.585
	Resíduos do Nordeste, Eim	84.944
	Sub-Total 2	93.121
E- Endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do Município no seu capital social (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime surífico do sector empresarial local)	.	0
	Sub-Total 3	0
F - Aferição da Dívida Total		2.425.023
G - Limite da Dívida Total (nº1, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro)	Valor apurado pela DGAL	11.177.409
H - Limite da Dívida Município (nº3, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro)	Dívida Total Final em 31 de Dezembro de 2018	2.619.657
	Aumento permitido	1.711.550
	Limite Dívida total permitida em 31 de Dezembro de 2018	4.331.208
I - Capacidade líquida de Endividamento	Situação do Município face ao limite da dívida total	1.906.185

Porto, 3 de Abril de 2020

Maria de Fátima Pereira (ROC n.º 835)

Em representação de

Fátima Pereira & Carlos Duarte,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Análise Económico – Financeira
Dezembro de 2019

Mapa de determinação do endividamento líquido Municipal (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro)

	Descrição	Montante
A - Passivos (empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.)	- Empréstimos Bancários (1)	2.331.902
	- Contratos de Leasing	0
	- Dívidas a Fornecedores	0
	- Dívidas a Fornecedores Imobilizado	0
	- Dívidas a EOEP	0
	- Dívidas a Outros Credores	0
	Soma dos Passivos	2.331.902
C - Endividamento líquido do Município		2.331.902
D - Endividamento líquido e os empréstimos das associações de Municípios, proporcional à participação do município no seu capital social	Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano	592
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	0
	Comunidade Intermunicipal Temas de Trás os Montes	7.585
	Resíduos do Nordeste, Eim	84.944
	Sub-Total 2	93.121
E - Endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do Município no seu capital social (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local)	.	0
	Sub-Total 3	0
F - Aferição da Dívida Total		2.425.023
G - Limite da Dívida Total (n.º1, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro)	Valor apurado pela DGAL	11.177.409
H - Limite da Dívida Município (n.º3, art. 52º Lei n.º 73/2013, de 3 de Dezembro)	Dívida Total Final em 31 de Dezembro de 2018	2.619.657
	Aumento permitido	1.711.550
	Limite Dívida total permitida em 31 de Dezembro de 2018	4.331.208
I - Capacidade líquida de Endividamento	Situação do Município face ao limite da dívida total	1.906.165

Porto, 3 de Abril de 2020

Maria de Fátima Pereira (ROC n.º 835)

Em representação de

Fátima Pereira & Carlos Duarte,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas